

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA DENTAL GOLD ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA

Prezados Clientes, Credenciados, Parceiros e Colaboradores,

A **Dental Gold Assistência Odontológica Ltda**, com sede em João Pessoa – PB, inscrita no CNPJ nº 01.402.285/0001-50 e registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar sob o nº **30.073-0**, apresenta seu Relatório de Administração do **exercício 2025**. O período foi marcado pela consolidação da eficiência operacional e pela preservação da integridade financeira, assegurando a manutenção do patrimônio e a sustentabilidade necessária.

1. Desempenho Operacional e Eficiência Assistencial

O exercício de 2025 consolidou a estabilidade da Dental Gold através de uma gestão técnica com aprimoramentos de controles internos e manualização de Políticas e conduções estratégicas para fortalecimento e expansão. Mesmo diante de movimentações competitivas atípicas no mercado, a operadora manteve sua solidez dentro de parâmetros ortodoxos de concorrência.

Crescimento Sustentável: Aumento de **5,34%** na carteira de beneficiários em relação a 2024.

Receita com Contraprestação: Evolução de **4,13%** em relação ao exercício anterior.

Gestão de Sinistralidade: Registramos redução de **11,30%**. Este resultado advém da aplicação de inteligência de dados e do fortalecimento da auditoria clínica. Priorizamos a resolutividade clínica e o engajamento com a rede credenciada, eliminando desperdícios sem restringir o acesso ao tratamento efetivo.

Otimização Administrativa: Redução de **16,41%** nas despesas, reflexo direto da modernização de processos internos e da eficiência na alocação de recursos.

Resultado Bruto e Financeiro: Aumento do Resultado Bruto em **3,38%** e acréscimo de **1,82%** nas receitas financeiras.

2. Governança, Soberania Institucional e Capital Humano

A Dental Gold trata a governança e o capital humano como ativos estratégicos, priorizando a continuidade e a independência institucional:

Valorização do Capital Humano e DNA da Marca: A valorização das pessoas é o DNA da marca Dental Gold. Como operadora que oferta planos odontológicos ao setor corporativo, aplicamos internamente o princípio de cuidado que promovemos junto às empresas e seus colaboradores. Reconhecemos o capital humano como nosso ativo mais valioso.

Sucessão e Meritocracia: Consolidamos a **Gerência Geral** através da promoção de uma profissional de longa data, cuja formação técnica e aptidão demonstradas asseguram a preservação da memória institucional e a estabilidade na transição de processos.

Compliance Trabalhista Especializado: Instituímos um setor de Compliance conduzido por profissional terceirizado especializado. Esta estrutura assegura isenção técnica na mitigação de riscos e segurança jurídica nas relações laborais.



2107.8900



www.dentalgold.digital



@dentalgoldoficial

Destinação de Resultados: Conforme legislação civil e normas contábeis, a distribuição de lucros/superávits observa estritamente as disposições societárias, fiscais e os indicadores regulatórios de solvência.

Conformidade Financeira e Societária:

Emissão de Debêntures: Declaramos que não há debêntures emitidas pela operadora.

Títulos e Valores Mobiliários: A Dental Gold não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

Participações Societárias: Não há investimentos em sociedades coligadas ou controladas, mantendo-se o quadro societário inalterado em 2025.

Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto: a composição societária se manteve inalterada.

Transações com Partes Relacionadas: A operadora mantém relações comerciais com partes relacionadas, pautadas estritamente por parâmetros e condições de mercado, sem qualquer natureza de investimento recíproco.

Operações Financeiras: Declaramos a não ocorrência de operações suspeitas junto ao COAF (Lei nº 9.613/1998).

3. Monitoramento da Qualidade e Performance (IDSS)

Desempenho Técnico: O IDSS 2025 (ano-base 2024) de **0,8562** reflete a fidedignidade dos dados reportados à ANS e o resultado de processos assistenciais efetivos. As ações assistenciais continuam para o alcance de metas do órgão regulador.

4. Perspectivas e o Caminho para 2026

Nossa visão estratégica foca na independência de processos e na prontidão regulatória frente aos desafios futuros:

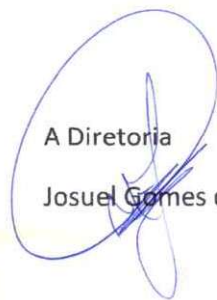
Governança e Independência Contábil: Iniciamos a internalização de nossa contabilidade para garantir autonomia técnica e a eliminação da dependência de terceiros. Este movimento assegura que a inteligência financeira permaneça sob controle direto da empresa.

Prontidão para a Reforma Tributária: A nova estrutura contábil, apoiada por consultoria especializada, conduzirá a análise da transição tributária e a revisão de contratos, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro frente ao cenário fiscal de 2027 em transição em 2026.

Inovação e Tecnologia: Planejamos o lançamento de soluções inovadoras e o avanço em processos digitais para elevar a experiência do cliente e a eficiência dos fluxos internos.

Expansão Regional: Foco estratégico no aumento da capilaridade nos estados de **Pernambuco (PE)** e **Rio Grande do Norte (RN)** através de parceiros estratégicos como canais de distribuição.

Manifestamos nosso sincero agradecimento aos colaboradores pela dedicação, aos clientes e cirurgiões-dentistas pela confiança, e aos nossos parceiros comerciais pelo apoio e convicção em um produto que honra rigorosamente o que é contratado. Juntos, consolidamos uma Dental Gold sólida, resiliente e soberana em seus processos, preparada para os avanços estratégicos que 2026 reserva.



A Diretoria
Josuel Gomes da Silva

João Pessoa, 25 de Fevereiro de 2.026.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmo. Sr. Diretor da

DENTAL GOLD ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA

JOÃO PESSOA - PB

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras **DENTAL GOLD ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **DENTAL GOLD ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a **DENTAL GOLD ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São João da Boa Vista - SP, 25 de fevereiro de 2026

ANDREA SOARES
PAES DE
MENEZES:26053585
858

Assinado de forma digital
por ANDREA SOARES PAES
DE MENEZES:26053585858
Dados: 2026.02.25 09:49:03
-03'00'

PAES DE MENEZES AUDITORES ASSOCIADOS S/S

CRC - 2SP023510/O-6

ANDREA SOARES PAES DE MENEZES

Contadora CRC-ISP-257968/O-5

DENTAL GOLD LTDA

Balanço Patrimonial – Ativo

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Ativo circulante		2.308.907	2.409.170
Disponível		170.116	206.110
Realizável		2.138.791	2.203.060
Aplicações financeiras	6	573.277	510.129
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		32.225	-
Aplicações livres		541.053	510.129
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		331.119	385.900
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	7	331.119	385.900
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Rel. com Pl. Saúde da Operadora		-	-
Créditos tributários e previdenciários	8	1.084.934	1.286.773
Bens e títulos a receber	9	145.296	13.462
Despesas antecipadas		4.165	6.797
Ativo não circulante		3.886.400	4.330.526
Realizável a longo prazo		2.129.374	2.501.714
Créditos Tributários e Previdenciários		2.036.564	2.440.013
Depósitos judiciais e fiscais		92.810	61.701
Imobilizado	12	1.757.026	1.828.812
Imóveis de uso próprio		982.000	982.000
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		982.000	982.000
Imobilizado de uso próprio		775.026	846.812
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		775.026	846.812
Total do Ativo		6.195.307	6.739.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DENTAL GOLD LTDA

Balanco Patrimonial – Passivo

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Passivo circulante		1.494.980	1.486.812
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	588.662	615.802
Provisões de Prêmios / Contraprestações		360.235	357.363
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		360.235	357.363
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores		226.707	255.667
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		1.719	2.772
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		6.799	6.231
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		6.799	6.231
Débitos com Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com PI.Saúde da Oper		-	-
Provisões		51.632	51.632
Provisões para Ações Judiciais		51.632	51.632
Tributos e encargos sociais a recolher	14	184.152	261.997
Empréstimos e financiamentos a pagar		436.360	246.170
Débitos diversos	15	227.375	304.979
Passivo não circulante		-	518.516
Tributos e encargos sociais a recolher		-	16.517
Empréstimos e financiamentos a pagar	15	-	501.999
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	16	4.700.327	4.734.368
Capital Social / Patrimônio Social		1.999.480	1.999.480
Reservas		2.819.213	3.529.213
Reservas De Lucros / Sobras / Retenção De Superávits		2.819.213	3.529.213
Lucros / Prejuízos-Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		(118.367)	(794.325)
Total do Passivo		6.195.307	6.739.696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DENTAL GOLD LTDA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	2025	2024
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	8.884.456	8.531.905
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	9.501.832	9.128.771
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	9.501.832	9.128.771
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(617.376)	(596.866)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	(3.384.671)	(3.395.211)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(3.385.724)	(3.394.597)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	1.052	(614)
Resultado Das Operações Com Planos De Assistência À Saúde	5.499.785	5.136.694
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(199.444)	(9.734)
Provisão para perdas sobre créditos	(199.444)	(9.734)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		
Resultado bruto	5.300.341	5.126.959
Despesas de comercialização	(403.772)	(520.096)
Despesas administrativas	(4.640.043)	(5.550.948)
Resultado financeiro líquido	218.691	129.226
Receitas financeiras	499.679	490.739
Despesas financeiras	(280.989)	(361.513)
Resultado patrimonial	8.073	(6.478)
Receitas patrimoniais	10.000	-
Despesas Patrimoniais	(1.927)	(6.478)
Resultado antes dos impostos e participações	483.290	(821.337)
Imposto de renda	(68.366)	-
Contribuição social	(33.337)	-
Participações Sobre o Lucro	-	-
Resultado líquido	381.588	(821.337)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DENTAL GOLD LTDA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPL

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Capital Social / Patrimonio Social	Reservas De Lucros / Sobras / Retenções	Reserva de Reavaliação	Prejuízos/Déficits Acumulados	TOTAL
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	1.999.480	3.639.213		(102.558)	5.536.135
Ajuste de exercícios anteriores				129.570	129.570
Aumento de Capital/Pat.Social com lucros e reservas e em espécie					-
Lucros / Superavit / Prejuízo Líquido do Exercício					-
Reserva Legal					-
Outras Reservas de Lucros (detalhar)					-
Dividendos / Juros Cap. Próprio / Lucros /Sobras a Distribuir		(110.000)		(821.337)	(931.337)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.999.480	3.529.213	-	(794.325)	4.734.368
Ajuste de exercícios anteriores				294.371	294.371
Lucros / Superavit / Prejuízo Líquido do Exercício				381.588	381.588
Proposta da destinação do Lucro/Superávit					
Outras Reservas de Lucros (detalhar)					-
Dividendos / Juros Cap. Próprio / Lucros / Sobras a distribuir		(710.000)			(710.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.999.480	2.819.213	-	(118.367)	4.700.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DENTAL GOLD LTDA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	2025	2024
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de Planos Saúde	10.086.251	8.585.265
(+) Resgate de aplicações financeiras	653.497	-
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	523.063	-
(+) Outros recebimentos operacionais	-	-
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(3.559.885)	(3.162.324)
(-) Pagamento de comissões	(404.354)	(488.705)
(-) Pagamento de pessoal	(1.193.615)	(1.243.216)
(-) Pagamento de pró-labore	(77.634)	(51.211)
(-) Pagamento de serviços terceiros	(1.149.142)	(851.529)
(-) Pagamento de tributos	(1.467.110)	(803.414)
(-) Pagamento de Aluguel	-	(30.000)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(385.900)	(448.181)
(-) Aplicações financeiras	(193.583)	(200.000)
(-) Outros pagamentos operacionais	(1.944.400)	(1.168.733)
Caixa líquido das atividades operacionais	887.188	137.951
Atividades de investimentos		
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(36.585)	-
(-) Pagamento de aquisição de participação em outras empresas	-	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(36.585)	-
Atividades de financiamentos		
(+) Integralização de capital em dinheiro	-	-
(+) Recebimento - Empréstimos/Financiamentos	(6.996)	90.636
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(169.601)	(46.086)
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	(710.000)	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(886.597)	44.550
Variação de caixa e equivalente de caixa	(35.994)	182.501
Caixa – Saldo inicial	206.110	23.609
Caixa – Saldo final	170.116	206.110
Ativos livres no início do período	510.129	1.162.630
Ativos livres no final do período	711.168	510.129
Aumento/(Diminuição) nas aplicações financeiras – Recursos livres	201.040	(652.501)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

.1.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

1. Contexto operacional

A DENTAL GOLD LTDA, constituída em 22/08/1996, atualmente sob a natureza jurídica de sociedade empresarial limitada, tem como objeto social a Operação de Planos Privados de assistência Odontológica e a prestação de serviços odontológicos por recursos próprios ou de terceiros. Obteve registro como Operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde perante ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar sob nº. 30073-0.

O objeto social foi redigido em consonância com o artigo 34 da Lei 9.656/98, prevendo prestação de serviços odontológicos, porque plano privado de assistência à saúde operacionaliza-se por “prestação de serviços odontológicos”, por recursos próprios (rede própria) ou de terceiros (credenciada).

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes entre a data do encerramento do exercício e a data de aprovação das demonstrações contábeis que pudessem afetar significativamente a posição patrimonial e financeira da Companhia.

A diretoria da entidade aprovou as demonstrações contábeis em 20 de Fevereiro de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a legislação comercial e fiscal em vigor, das Normas Brasileiras de Contabilidade, e padrões da Agência Nacional de Saúde de Saúde Suplementar – ANS, conforme novo plano de contas estabelecido pela Resolução Normativa RN nº 528, de 29 de abril de 2022, emitida pela ANS, como também, parcialmente, os aspectos relacionados à lei 11.638/2007 e 11.941/2009, e as Regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC autorizados pela ANS.

.2.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração, de certas estimativas contábeis críticas e, também, o uso de julgamentos que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, dos custos e das despesas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

2.2 Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)

O disponível é constituído de numerários em caixa e depósitos bancários.

2.3 Aplicações financeiras

Incluem aplicações financeiras resgatáveis no prazo contratado, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com prazos de vencimentos não superiores a três meses, a contar da data da contratação. Todas as aplicações vinculadas às provisões técnicas foram registradas no ativo circulante, observando-se critério de indisponibilidade desse recurso financeiro.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre prestações de serviço.

As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência odontológica na modalidade de preço preestabelecido são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – *pro-rata-die* – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

Conforme requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, os valores não apropriados de acordo com seus respectivos períodos de competência são registrados na rubrica “Provisão de Contraprestações Não Ganhas – PCNG”, e posteriormente apropriados como receita de acordo com o critério *pro-rata-die*, conforme o adequado período de competência da cobertura do risco dos contratos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2.5 Reconhecimento do custo

Os eventos indenizáveis contabilizados pela Empresa são apropriados ao custo, considerando-se a data da apresentação da conta odontológica ou do aviso pelos prestadores, correspondente aos eventos ocorridos. Nos casos em que o fato gerador (atendimento ao beneficiário) da despesa ocorre sem o conhecimento da Empresa, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica denominada “Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)”.

2.6 Contraprestação pecuniária a receber

Referem-se aos valores a receber pela venda de contratos de planos de assistência odontológica, reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perdas sobre créditos, se necessário. Destacam-se nesse grupo:

- Prestabelecido: mensalidades do plano privado de assistência odontológica calculadas e pagas antes da utilização das coberturas contratadas.

A provisão para créditos para liquidação duvidosa é constituída segundo os seguintes critérios:

- Planos individuais com preço pré-estabelecido – A totalidade do crédito desse tipo de plano, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 60 dias;
- A totalidade do crédito dos demais planos, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 90 dias.

A Administração da Empresa revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

2.7 Bens e títulos a receber

Os bens e títulos a receber estão formados por estoques, cheques a receber, adiantamentos e valores a receber de operadoras de cartões de créditos.

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição e não excede ao custo de reposição ou valores líquidos de realização.

Os cheques, adiantamentos e valores a receber de operadoras de cartões de créditos são demonstrados por seus valores líquidos de realização, reconhecendo-se as eventuais perdas estimadas apresentadas como contas redutoras.

2.8 Investimentos

Consistem, em sua maioria, em quotas de sociedades congêneres e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando necessário.

2.9 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação

.4.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício) e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Resultado Patrimonial” na demonstração do resultado.

2.10 Provisões técnicas de operações de assistência odontológica

As provisões técnicas, classificadas no passivo, têm como objetivo refletir as obrigações futuras esperadas decorrentes da operação de planos privados de assistência odontológica, adequando-as aos princípios contábeis. Estas provisões refletem tanto a perspectiva de gastos futuros incertos quanto à sua ocorrência e valor. O fato gerador é um fato passado que gera a concessão de um benefício previsto contratualmente. A concessão do benefício, entretanto, não implica na ocorrência de um gasto com assistência odontológica. Assim, as referidas provisões são registradas em função dos gastos esperados com assistência odontológica. São contabilizadas tendo como base de cálculo as formulações e regras explicitadas em normativos ou, quando estes facultarem, Nota Técnica Atuarial aprovada previamente pela ANS. O registro se dá em obediência ao Princípio de Competência, lastreadas, obrigatoriamente, por ativos garantidores estabelecidos nos moldes da legislação vigente.

A Empresa possui as seguintes provisões:

(a) Provisão de contraprestações não ganhas – PCNG

A provisão de contraprestações não ganhas (PCNG), regulamentada pela ANS, compreende a apropriação das contraprestações e dos prêmios em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário — pro rata dia — do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

O cálculo da PCNG deve apurar a parcela de contraprestações não ganhas relativos ao período de cobertura do risco.

(b) Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores

Os eventos a liquidar são registrados pelo valor integral cobrado na data do primeiro conhecimento pela operadora. Com base em normativos da ANS, é adotado como prática pela Empresa que o registro contábil das Provisões de Eventos a Liquidar deverá ser realizado pelo seu valor integral cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de transmissão, direta ou indireta, que evidencie a realização do procedimento assistencial do beneficiário.

A provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores, sendo obrigatória a vinculação para eventos que tenham sido avisados há mais de 30 dias para a operadora.

.5.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

São reconhecidos pelo valor justo, o que, na prática, corresponde ao valor das contas odontológicas.

(c) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

A ANS, por meio da Resolução Normativa – RN nº 393, de 9 de dezembro de 2015, alterada pelas Resoluções Normativas – RN nº 442, de 20 de dezembro de 2018, e RN nº 476, de 23 de dezembro de 2021, obrigou as operadoras de planos de saúde a constituírem a Provisão para Eventos Ocorridos e Não-Avisados – PEONA, que será apurada observando o maior entre os seguintes valores:

I – 8,5% do total de contraprestações nos últimos 12 meses, na modalidade de preço preestabelecido, ou;

II – 10% do total de eventos indenizáveis, nos últimos 12 meses, na modalidade de preço preestabelecido.

As alíquotas utilizadas nesta apuração são destinadas à planos odontológicos com número de beneficiários até 100.000.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras garantidoras.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e desde que possa ser feita a estimativa confiável do valor.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

As provisões técnicas são apuradas em conformidade com as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e, quando aplicável, com base em critérios atuariais consistentes com a experiência histórica da Companhia e as características de sua carteira.

A Administração entende que os valores registrados são suficientes para fazer face às obrigações assumidas.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.13 Débitos diversos – Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a

.6.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são reconhecidos sobre o montante registrado relativo a reserva de reavaliação, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e que as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados a alíquotas de impostos de acordo com a legislação fiscal, que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

2.15 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, (valor juros por meio do resultado) os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Um ativo financeiro poderá ser classificado como: mensurado ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

.7.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

.8.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações contábeis apresentadas não contêm nenhuma compensação de instrumentos financeiros.

2.16 Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

O Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, exige que a Empresa registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Empresa levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Empresa.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperação como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as outras partes estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Em relação aos seus ativos financeiros, a Empresa avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja significativa.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

.10.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

2.17 Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

A seguinte norma foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), mas ainda não aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”) e, portanto, não está em vigor para a data-base atual como práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentadas pela ANS. A Empresa não adotou essa alteração na preparação de suas demonstrações contábeis e não planeja adotar essa norma de forma antecipada.

- Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguros.

A norma será aplicável à Empresa apenas quando referendada pela ANS.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de passivos para o próximo exercício social, são decorrentes de revisão de vida útil do imobilizado

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

3.1 Partes Relacionadas

A Companhia não mantém operações relevantes com partes relacionadas que possam afetar, de forma significativa, sua posição patrimonial, financeira ou o resultado do exercício.

As transações eventualmente realizadas com partes relacionadas, quando existentes, são efetuadas em condições equivalentes às praticadas com terceiros independentes, observando os princípios de mercado e as normas aplicáveis.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

A gestão de risco é realizada pela Gerência Financeira e aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. A Gerência Financeira identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração estabelecem princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e concluiu que não há incertezas relevantes que possam levantar dúvidas significativas quanto à sua capacidade de continuidade operacional.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência odontológica. A Gerência Financeira avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, sua experiência passada e outros fatores. As vendas para clientes são liquidadas por meio de boleto bancário.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Gerência Financeira. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, bem como das exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS.

A Empresa investe o excesso de caixa gerado em papéis do mercado financeiro, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

(c) Risco de mercado

O risco de taxa de juros da Empresa decorre, principalmente, do seu volume de aplicações financeiras. Todas as movimentações relacionadas à taxa de juros impactam no resultado da Empresa.

.12.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

A política da Empresa é de (a) garantir com aplicações financeiras as provisões técnicas exigidas pela agência reguladora, vinculando-as em favor da ANS nos termos dos normativos legais da referida agência reguladora, e (b) aplicar o excedente no mercado financeiro, buscando as melhores taxas de mercado nas instituições financeiras.

4.2 Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital é salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos sócios.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações com planos de assistência odontológica e eventos a liquidar com operações de assistência odontológica pelo valor contábil, menos provisão para perdas sobre créditos estejam próximos de seus valores justos.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2025	2024
Ativos conforme balanço patrimonial		
Disponível	170.166	206.110
Aplicações financeiras	573.277	510.128
Créditos de operações com planos de assistência odontológica	331.119	385.899
	1.074.512	1.102.132
Passivos conforme balanço patrimonial		
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	226.707	255.667
Débitos com Assistência a Saúde	6.799	6.331
Empréstimos e financiamentos a pagar	436.360	246.170
Débitos diversos	227.375	304.979
	897.241	813.147

6. Aplicações financeiras

	2025	2024
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		
Fundo de renda fixa	32.224	0
Aplicações livres		
Certificado de depósito bancário – CDB	541.053	510.128
	573.227	510.128

As aplicações financeiras são compostas de Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Fundos de Investimentos, com taxa de remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Título de capitalização, mantidos em bancos com bom *rating* de avaliação e com boa reputação no mercado.

.13.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

7. Contraprestação pecuniária a receber

	2025	2024
Planos individuais / familiares - Mensalidade (Pessoa física)	247.563	319.480
Planos coletivos - Faturas (Pessoa jurídica)	<u>84.222</u>	<u>67.019</u>
	331.785	386.499
Provisão para perdas sobre créditos	<u>(-667)</u>	<u>(-600)</u>
	<u>331.118</u>	<u>385.899</u>

8. Créditos Tributários e Previdenciários

	2025	2024
Imposto de Renda	23.226	23.226
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	28.401	28.401
Crédito de Previdência Social	824.087	1.008.446
Imposto Sobre Serviços - ISS	209.220	226.670
	<u>1.084.934</u>	<u>1.286.772</u>

Em 31 de dezembro de 2025, os créditos tributários registrados no ativo circulante e não circulante totalizam R\$ 1.084.934,39 (R\$ 1.286.772,59 em 2024), estando compostos, substancialmente, por créditos previdenciários, créditos de Imposto Sobre Serviços – ISS e valores residuais relativos ao IRPJ e à CSLL.

O reconhecimento desses créditos decorreu de procedimento técnico de revisão e validação fiscal, incluindo:

- análise das apurações tributárias e contribuições sociais;
- cruzamento de informações com obrigações acessórias transmitidas;
- conferência de recolhimentos efetuados;
- validação junto aos sistemas da Receita Federal do Brasil e da municipalidade competente;
- verificação da liquidez, certeza e possibilidade de realização dos valores.

Créditos Previdenciários

Os créditos previdenciários decorrem, principalmente, de recolhimentos efetuados a maior e compensações admitidas pela legislação federal aplicável. A recuperação desses valores encontra respaldo no ordenamento tributário vigente, sendo sua realização efetuada por meio de compensações mensais com contribuições previdenciárias correntes, observando-se os limites legais, a regularidade das declarações transmitidas e os procedimentos previstos na legislação pertinente.

Créditos de ISS

.14.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Os créditos de Imposto Sobre Serviços – ISS correspondem a valores recolhidos indevidamente e/ou retenções passíveis de compensação, conforme a legislação municipal aplicável, estando em processo de aproveitamento mediante compensações mensais com tributos vincendos.

Créditos de IRPJ e CSLL

Os créditos relativos ao IRPJ e à CSLL referem-se a valores passíveis de compensação futura, devidamente suportados por controles auxiliares e demonstrativos fiscais.

Variação do Exercício

A redução do saldo em relação ao exercício anterior decorre, substancialmente, da utilização sistemática dos créditos previdenciários e de ISS ao longo de 2025.

Controles e Monitoramento

A Administração mantém controles individualizados por natureza de tributo e realiza monitoramento contínuo da recuperabilidade dos valores registrados, avaliando periodicamente sua realização, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normativos da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e demais disposições legais aplicáveis.

A constituição e manutenção dos créditos tributários estão fundamentadas na interpretação da legislação tributária vigente e nas informações disponíveis até a data de encerramento das demonstrações contábeis, salvo melhor juízo e eventuais entendimentos supervenientes das autoridades fiscais e regulatórias.

A Administração avaliou a recuperabilidade desses ativos com base em projeções de resultados tributáveis futuros e na expectativa de compensação com tributos correntes, concluindo pela sua realização integral no curso normal das operações.

A Administração entende que não há riscos relevantes de não realização desses ativos, ressalvados eventuais entendimentos supervenientes das autoridades fiscais.

9. Provisões técnicas de operações de assistência odontológica

(a) Composição

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Provisão de contraprestações não ganhas - PCNG	360.236	357.263
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores Contratados	226.707	255.667
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	<u>1.719</u>	<u>2.772</u>
	<u>588.662</u>	<u>615.702</u>

(c) Ativos garantidores

Conforme disposto na regulamentação vigente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, especialmente a Resolução Normativa RN nº 573/2023, a Companhia encontra-se enquadrada nas condições que dispensam a obrigatoriedade de manutenção de ativos

.15.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

garantidores para lastro de provisões técnicas, considerando seu porte, modalidade de atuação e critérios regulatórios aplicáveis.

A Administração mantém monitoramento contínuo do enquadramento regulatório, de forma a assegurar o cumprimento integral das exigências da ANS.

10. Tributos e encargos sociais a recolher

	2025	2024
Tributos e Contribuições	145.338	218.273
Retenções de Impostos e Contribuições	1.570	6.746
Parcelamento de Tributos e Contribuições	37.243	36.978
	184.151	261.997

11. Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	2025	2024
<u>Empréstimos e Financiamentos</u>		
Empréstimos e Financiamentos	436.359	748.169
Juros a apropriar	(0)	(0)
	436.359	748.169
Circulante	436.159	246.170
Não circulante	0	501.999

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem condições compatíveis com as praticadas pelo mercado, não havendo cláusulas restritivas relevantes que possam impactar a continuidade operacional.

12. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do capital social / patrimônio social é de R\$ 1.999.480 (R\$1.999.480 em 2024).

13. Contraprestações efetivas de planos odontológicos

	2025	2024
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	8.884.456	8.531.905
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	9.501.832	9.128.771
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	9.501.832	9.128.771
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(617.376)	(596.866)

.16.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

14. Eventos conhecidos ou avisados

	2025	2024
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	(3.384.671)	(3.395.211)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(3.385.724)	(3.394.597)
Varição da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e NãoAvisados	1.052	(614)

15. Outras despesas operacionais com plano de assistência odontológica

	2025	2024
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(199.444)	(9.734)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	-	-
Provisão para perdas sobre créditos	(199.444)	(9.734)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos deSaúde da Operadora		

16. Despesas administrativas

	2025	2024
HONORARIOS DA DIRETORIA	69.528	37.653
DESPESAS COM EMPREGADOS	1.130.582	1.360.525
DESPESAS COM INDENIZACOES	79.356	34.261
DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS	382.293	263.715
DESPESA COM INSTRUCAO	23.939	133.998
DESPESAS COM TRANSPORTE DE EMPREGADOS	47.113	140.272
OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL PRÓPRIO	282.791	380.000
DESPESAS COM SERVICOS DE TERCEIROS	1.049.695	1.306.531
DESPESAS COM LOCALIZACAO E FUNCIONAMENTO	1.108.920	1.207.035
DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA INSTITUCIONA	358.050	498.063
DESPESAS COM TRIBUTOS	40.144	16.066
DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS	67.632	172.829
Total Geral	4.640.043	5.550.948

17. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Resultado financeiro líquido	218.691	129.226
Receitas financeiras	499.679	490.739
Despesas financeiras	(280.989)	(361.513)

18. Resultado Patrimonial

.17.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado patrimonial	8.073	(6.478)
Receitas patrimoniais	10.000	-
Despesas Patrimoniais	(1.927)	(6.478)

* * *

Documento assinado digitalmente

gov.br

JOSUEL GOMES DA SILVA
Data: 26/03/2026 16:45:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

gov.br

MARCELO ROSADO MAIA SOBRINHO
Data: 26/03/2026 16:51:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>